
Mapeamento dos coletivos de mulheres na fotografia brasileira contemporânea: os processos e a criação em rede no Brasil.¹

Charlotte PEDROSA²

Greice SCHNEIDER³

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

RESUMO

O presente artigo busca explorar a emergência de coletivos fotográficos de mulheres no Brasil no período de 2018 a 2023. Esses coletivos têm desempenhado um papel crucial na ampliação de novos espaços para as fotógrafas e os fazeres fotográficos. O trabalho tem como objetivo mapear esses coletivos, entender seus processos políticos, criativos e estruturais, destacando a importância da criação em rede.

PALAVRAS-CHAVE: Coletivos fotográficos, Fotografia, Gênero, Mapeamento

1. INTRODUÇÃO

Na virada do século XXI, o engajamento de mulheres na criação de coletivos fotográficos no Brasil tornou-se uma tendência crescente, abrindo novos debates sobre presença e atuação de mulheres na fotografia. Esse movimento configura-se como uma resposta às estruturas dominantes da arte e da comunicação, criando espaços independentes de visibilidade para fotógrafas, que se afastam dos modelos tradicionais e promovem uma nova dinâmica de produção e colaboração.

Este artigo tem como objetivo mapear a atuação dos coletivos e coletivas de mulheres na fotografia brasileira contemporânea, analisando seus modos de fazer, que se desenvolvem nos cruzamentos entre a fotografia e os feminismos em rede. O cenário do

¹ Trabalho apresentado no GP Fotografia, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. email: charlotte.borges@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFS, e-mail: gschneider@academico.ufs.br.

estudo levanta questões sobre como esses grupos se organizam e o que motiva essas mulheres a atuar dentro dos chamados coletivos fotográficos contemporâneos. A investigação busca compreender as complexas interações entre identidade, ativismo e prática fotográfica no Brasil.

2. COLETIVOS DE MULHERES NA FOTOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Em 2015, milhares de mulheres se mobilizaram para protestar contra o projeto de lei 5069/2013, que estava em tramitação no Congresso Nacional. Proposto pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), então presidente da Câmara Federal, o projeto visava dificultar o acesso das vítimas de violência sexual aos serviços públicos de saúde. Conhecidos como "Primavera das Mulheres", os protestos aconteceram em várias cidades do país, sendo majoritariamente organizados através da internet. Conforme aponta Vommaro, (2015) “as redes formam um território de ação política em que se produzem disputas em torno do seu controle e é lá que novos membros são formados”.

Foi a partir daí que muitas fotógrafas reivindicaram e promoveram sua inserção no território dos coletivos fotográficos no Brasil, lançando mão das articulações em rede contemporâneas buscando usar a fotografia como uma ferramenta para documentar, denunciar e promover mudanças. Segundo Valle e Gamarra (2021) a partir de 2015, a articulação das mulheres em coletivos vem sendo ainda maior, já surgindo pautadas a partir de enfoques que trabalham os problemas, os entraves, as dificuldades encontradas nas questões de gênero. “Todas essas experiências, que reforçam a coletividade e os relacionamentos entre as fotógrafas, exemplificam e promovem a força e a potência do trabalho cooperativo e da solidariedade entre mulheres.” (Valle e Gamarra, 2021, p. 114).

A noção de coletivos fotográficos pode ser entendida como uma forma de organização social e política que surge com base em interesses e objetivos comuns (Gohn, 2022). Esses grupos são formados em torno de causas específicas, promovendo mudanças sociais, culturais ou políticas. No caso dos coletivos de mulheres, eles desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e no enfrentamento das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que fomentam a criação artística.

Para abordar a estrutura dos coletivos fotográficos contemporâneos, o presente estudo faz uso das perspectivas teóricas oferecidas por autores como Queiroga (2015), Entler (2011) e Corrêa (2019). Segundo esses estudiosos, os coletivos oferecem uma alternativa ao modelo hierárquico de produção artística, propondo uma prática desierarquizada e horizontal. Como aponta Valle e Gamarra (2021), esses grupos criam "contradispositivos" que desmontam a lógica fotográfica hegemônica e apresentam caminhos mais inclusivos e fluidos.

Segundo Corrêa (2019), “o fenômeno dos coletivos fotográficos não poderia ter surgido em outro cenário que não o que se apresenta na virada do século XX para o século XXI, no contexto da cultura digital e visual. Esse novo modelo de produção lança novas questões para o campo da fotografia” (2019, p.80). Com todas essas mudanças, as imagens deixaram de ser distribuídas verticalmente pelos meios de comunicação de massa e passaram a ser compartilhadas horizontalmente pelos atores sociais através das redes sociais. Períodos de grandes transformações, especialmente no que diz respeito à cultura visual e digital, tiveram um impacto direto na fotografia.

Já Queiroga (2015) aponta que a principal característica é que o compartilhamento seja igual ao resultado final. Os coletivos não se limitam apenas a reunir pessoas em torno da fotografia. Apesar de a maioria dos coletivos geralmente se formar somente por fotógrafos, os chamados “coletivos fotográficos contemporâneos” permitem integrantes com outras formações. Então, outra característica de um coletivo fotográfico é que haja a noção de participação e compartilhamento de processos, execução até a publicação das imagens, que são do coletivo, independentemente de quem fez a fotografia. Nesse sentido, o autor se debruça sobre o assunto, afirmando que:

Os coletivos fotográficos contemporâneos se valem do compartilhamento de conhecimentos na produção de uma obra que é comum a todos os envolvidos. A contribuição entre os integrantes é a característica principal desse modelo. A forma que um coletivo fotográfico toma é fruto das ligações internas, a ponto de operar uma espécie de apagamento das individualidades em prol de um todo coerente (Queiroga, 2017, p. 143)

De acordo com Santos (2020) o conceito de coletivo fotográfico pode ser definido como grupo que compartilha a produção, a edição e a circulação da fotografia com uma identidade em comum. Esta definição tem por objetivo estabelecer propriedades concretas que diferenciam o coletivo fotográfico de outras experiências de cunho artístico em grupo.

Eles podem surgir em diversos contextos, como movimentos sociais, redes de ativismo e grupos comunitários, e desempenham um papel fundamental na mobilização e articulação de demandas sociais. Logo, “os coletivos não possuem formas institucionalizadas tais quais as de um sindicato, de um partido político ou mesmo de alguns movimentos sociais tradicionais” (Perez; Silva Filho, 2017, p. 14).

Para Entler (2011), não existe um discurso uniforme que dê conta de tudo o que hoje pode ser chamado de coletivo. Por não haver uma definição única para o termo, e ao buscarmos por algumas definições na era digital, onde a imagem se tornou uma linguagem universal e poderosa, os coletivos fotográficos emergem como agentes transformadores, capazes de influenciar a percepção pública, narrar histórias marginalizadas e promover mudanças sociais. Definidos como grupos de fotógrafos unidos por objetivos comuns, esses coletivos desempenham um papel vital na democratização da fotografia e na ampliação do diálogo sobre questões relevantes.

Para além da perspectiva de Queiroga (2015) e Entler (2011), sobre a ótica aprofundada do conceito de coletivos fotográficos contemporâneos, é importante pensarmos os coletivos a partir dos movimentos sociais. Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn (2022) em seu livro *Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis- Como impactam e por que importam?*, os coletivos são formas de organização social e política que emergem na sociedade a partir de interesses e objetivos comuns. Esses grupos se formam em torno de causas específicas, buscando promover mudanças sociais, políticas ou culturais. Gohn destaca que os coletivos são caracterizados pela horizontalidade em suas estruturas, pela participação ativa de seus membros e pela valorização do diálogo e da colaboração.

Coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Não há, portanto, um modelo único; há uma diversidade e multiplicidade de

formas, temáticas, pautas e demandas e campos de atuação, número de participantes, permanência ou duração no tempo histórico, formas de funcionamento/operacionalização, suportes financeiros para atividades, apoios externos e relações com órgãos ou políticas institucionais (caso de coletivos que se abrigam em editais de apoio e financiamento público). (Gohn, 2022, p.182).

Partindo dessa perspectiva, muitos coletivos fotográficos utilizam a fotografia como ferramenta de ativismo, abordando temas como direitos humanos, justiça social e igualdade de gênero. Ao documentar e dar visibilidade a questões sociais, esses coletivos desempenham um papel importante na promoção de mudanças e na sensibilização do público. É a partir desta perspectiva política que trataremos sobre os coletivos fotográficos de mulheres.

Um dos principais meios da articulação em rede contemporânea são os usos das redes sociais para propagar as ideias feministas, através de algumas pautas que estão em torno da agenda desses coletivos. Segundo Matos (2018), essas características fazem parte dos feminismos da quarta onda, que se expandem através da internet e destacam a massificação, a diversidade e a militância digital. Esses movimentos transnacionais de mulheres utilizam as redes sociais como espaços para a expressão de subjetividades e a construção de novas identidades. De acordo com Fernandes e Santos:

“As tecnologias digitais em rede vêm provocando a emergência de novas e diferentes práticas sociais, que envolvem os usos e as apropriações das informações e dos saberes que por elas circulam. Neste movimento há a reconfiguração da atuação de sujeitos também nos modos como aprendem, ensinam, produzem e compartilham nas redes.” (Fernandes e Santos, 2020, p. 2).

Na ideia de rede aplicada aos coletivos fotográficos, sendo um reflexo da sociedade contemporânea estimulada por avanços tecnológicos, Castells (2021) considera que o principal capital é a informação. O autor (2021) denomina essa sociedade como informacional, para fazer um importante contraponto à sociedade industrial, descrevendo a sociedade contemporânea como uma sociedade globalizada, centrada no uso da aplicação de conhecimento, cuja base material está sendo alterada aceleradamente por uma revolução tecnológica concentrada na tecnologia da informação e em meio a profundas mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores.

Os coletivos fotográficos se articulam e utilizam as redes sociais, principalmente o Instagram, como ferramentas de interatividade e compartilhamento para publicarem seus trabalhos, projetos e manifestos, atuando como produtores de conteúdos próprios, utilizando tais meios para a veiculação das suas publicações e alcance de engajamento e interação com o público, independente dos tradicionais meios de comunicação. Para além do aspecto do compartilhamento, outras características marcam bem o formato das articulação dos coletivos fotográficos: troca de recursos, visibilidade e ampliação do alcance, atuação política e a colaboração em projetos.

2.1 CIBERFEMINISMO

A quarta onda do feminismo no Brasil é definida por Felgueiras (2017, p. 119) como ciberfeminismo, destacando o papel central da internet na mobilização de jovens militantes que cresceram em meio à era digital. Essas ativistas não apenas compreendem o vasto alcance das ferramentas tecnológicas, mas também dominam suas dinâmicas, utilizando-as estrategicamente para promover suas causas. A internet, nesse contexto, torna-se um espaço vital para a formação de uma comunidade de mulheres ciberativistas, conectadas por suas lutas e engajadas em criar redes de apoio, visibilidade e transformação social através do ambiente digital.

Segundo o Relatório Digital in 2024, pesquisada do site We Are Social, no Brasil, o Instagram está em quarto lugar, com 91,2% na pesquisa sobre como está a vida dos brasileiros nas mídias sociais, precedido do WhatsApp (89%) e youtube, tendo uma base de 144 milhões usuários ativos. Atualmente são mais de 210 milhões de dispositivos móveis conectados à internet no país, o que representa 96,9% da nossa população. Esses dados sinalizam a importância dos coletivos estarem presentes e se articularem digitalmente, usando o *Instagram* como ferramenta de alcance social e ocupação de espaços,

Ainda em 2015, outro ato que impulsionou as mulheres a irem às ruas de todo o Brasil, foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181/2015, conhecida como Cavalo de Troia. Segundo o Portal Catarinas, a proposta tratava somente da extensão da licença maternidade à gestante em caso de nascimento prematuro até 240 dias. Em razão

da correlação das matérias, a PEC 58/2011 de autoria de Jorge Silva (PDT-ES), que já tramitava na Câmara, foi incorporada à PEC 181/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG). Em 30 de maio foi designado relator o deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), o qual modificou o texto para incluir o trecho “desde a concepção” nos artigos 1º e 5º da Constituição que tratam respectivamente dos princípios fundamentais da República e dos direitos e garantias fundamentais. O coletivo Benedictas, compartilhou no instagram a cobertura do Ato contra a PEC 181, através da hashtag #nãoapec181 na legenda.

Figura 01- Post instagram Benedictas Fotocoletivo



Fonte: extraído do perfil no Instagram @benedictasfotocoletivo (2017)

A imagem em questão, publicada pelo coletivo Benedictas Fotocoletivo no Instagram, apresenta um exemplo emblemático de como os coletivos fotográficos feministas utilizam a fotografia para expressar suas narrativas políticas e ativistas. A cena retrata pernas com marcas de sangue escorrendo, no contexto de uma manifestação. Embora o rosto da pessoa não esteja visível, o impacto da imagem é direto e visceral, evocando a violência simbólica e literal a que os corpos femininos são frequentemente submetidos. Esta fotografia, tirada durante um protesto contra a Proposta de Emenda Constitucional 181 (PEC 181), que busca restringir os direitos ao aborto no Brasil, se insere em um contexto de luta feminista por direitos reprodutivos.

Ao destacar elementos visuais como o sangue e a posição do corpo anônimo, a imagem dialoga com temas centrais do feminismo contemporâneo, como a visibilidade das violências de gênero, o controle sobre o corpo feminino e a luta por autonomia. A

ausência de rosto ou identidade explícita na foto simboliza a coletividade do protesto, reforçando a ideia de que a luta é compartilhada por todas as mulheres, independentemente de suas individualidades. O foco na parte inferior do corpo e nas pernas manchadas de sangue também é uma poderosa metáfora visual que remete à brutalidade das tentativas de controlar os direitos reprodutivos das mulheres.

Na legenda, o Benedictas Fotocoletivo se apresenta como um coletivo feminista inspirado pela fotógrafa brasileira Nair Benedicto, com o objetivo de fortalecer a representatividade das mulheres na fotografia e no audiovisual, tradicionalmente dominados por homens. Além disso, o coletivo coloca em evidência a lógica feminista de organização horizontal e colaborativa, diferenciando-se da prática fotográfica individualista e hierarquizada. Isso sublinha o papel dos coletivos feministas de fotografia, que buscam desconstruir as narrativas visuais hegemônicas, oferecendo uma contranarrativa crítica que ressignifica os corpos femininos e os espaços em que atuam.

A escolha de hashtags como #pec181, #nenhumdireitoamenos, #abortoésaúde pública e #feminism reforça o caráter militante e político da postagem, posicionando-a como uma peça dentro de um movimento mais amplo de resistência digital, o chamado ciberfeminismo. As redes sociais, como Instagram, são utilizadas pelos coletivos feministas como plataformas de visibilidade e engajamento, ampliando o alcance de suas causas e conectando ativistas ao redor do mundo.

Essa imagem, portanto, vai além da função documental. Ela atua como um ato performativo, ao mesmo tempo em que expõe a violência e reivindica o direito ao corpo, engajando o espectador em uma reflexão sobre as políticas de gênero e direitos reprodutivos. A fotografia torna-se um veículo não só de denúncia, mas também de resistência coletiva. O uso estratégico da arte fotográfica como ferramenta de ativismo ilustra como os coletivos feministas contemporâneos têm se apropriado da fotografia e das redes digitais para ampliar sua luta, fortalecer redes de apoio e criar uma plataforma para a expressão de narrativas subalternas.

Figura 02- Post instagram Benedictas Fotocoletivo



Fonte: extraído do perfil no Instagram @benedictasfoto coletivo (2017).

A presença do ciberfeminismo é evidenciada pela articulação entre as manifestações presenciais e a mobilização nas redes sociais, demonstrando como o feminismo de quarta onda utiliza as novas tecnologias para promover mudanças sociais e lutar contra retrocessos legislativos. O ativismo nas ruas, aliado ao ciberativismo, expande a capacidade de alcance e resistência, fazendo do meio digital um território fundamental na luta pela igualdade de gênero.

As redes sociais oferecem ferramentas que permitem a reconfiguração de uma nova paisagem sociocultural, especialmente por meio de manifestações e pressões populares. Essas plataformas possibilitam que indivíduos de grupos marginalizados se conectem, conscientizem e colaborem em suas lutas por causas sociais, com maior rapidez e alcance. Embora as redes sociais não tenham sido o ponto de origem dessas dinâmicas, a Internet tem desempenhado um papel crucial ao facilitar que esses grupos alcancem visibilidade e reconhecimento, promovendo uma maior justiça social.

Essas imagens não apenas documentam os protestos, mas também geram uma narrativa visual que evidencia a urgência da causa feminista. Elas nos lembram da importância de ocupar os espaços públicos e digitais, reafirmando a resistência frente às tentativas de controle sobre os corpos femininos. Em um momento de avanço de pautas conservadoras, a luta feminista no Brasil continua sendo um dos principais motores de resistência.

3. PROCESSOS COLABORATIVOS E CRIAÇÃO EM REDE

A criação em rede e os processos colaborativos são elementos centrais nos coletivos de mulheres na fotografia contemporânea. Esses grupos não apenas constroem uma rede de apoio mútuo, mas também compartilham experiências, técnicas e desenvolvem projetos de maneira conjunta, promovendo uma forma de autoria compartilhada. De acordo com a perspectiva de Castells (2021), na Sociedade em Rede, esses coletivos podem ser compreendidos como grupos de indivíduos que se organizam em torno de objetivos comuns, unindo interesses, ideias e recursos imagéticos por meio das plataformas digitais.

Através dessa interconexão, as fotógrafas não apenas trocam saberes, mas também ampliam suas possibilidades de ação e visibilidade. Além disso, essas atuações são fundamentais para o fortalecimento da igualdade de gênero, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a criação de espaços mais inclusivos e diversificados.

A fim de visualizar e compreender melhor a complexidade do objeto estudado, dei início ao mapeamento dos coletivos a partir do método cartográfico. A cartografia é utilizada com base nas características do rizoma, conforme o princípio proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). Segundo os autores, o mapa reflete uma realidade em um momento específico, pois “o mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível e constantemente passível de modificações”. Dessa forma, a cartografia permite a análise de diferentes ambientes, inclusive os virtuais, possibilitando uma compreensão das opiniões e percepções das pessoas sobre diversas questões.

Entender estes princípios apresentados por DELEUZE e GUATTARI (1995) são fundamentais para o entendimento do que é o rizoma e como podemos relacionar as articulações dessas mulheres em rede nos coletivos fotográficos brasileiros. Logo o pensamento rizomático, tem várias facetas, o rizoma não possui forma única, pois ele se modifica a todo instante, assim como cada coletivo mapeado até o momento. Conforme aponta Vicente (2017) “Cartografar não é estabelecer desde o princípio um caminho linear, ao contrário de outros métodos que oferecem modelos norteadores, ou seja, diretrizes para o pesquisador, a cartografia não delinea uma técnica padronizada que pode ser pré-determinada no início das investigações.” (Vicente, p. 5).

3.1 O MAPEAMENTO DOS COLETIVOS

O primeiro passo foi fazer uma busca manual no Instagram utilizando a palavra-chave e hashtag: coletivo fotográfico definindo algumas categorias em tabela como: nome do coletivo/coletiva, se está ativo/ativa, quantas membros, se tem carta manifesto, link das redes sociais, email, pequena descrição a partir das suas redes, nome de cada membro, localidade de atuação, categoria das fotografias e tipo de atividade do coletivo. Foram localizados inicialmente 21 coletivos e coletivas em território nacional, de novembro de 2023 a abril de 2024 o quantitativo foi atualizado para 26 no total.

Após a divisão dos dados, pude observar que a forma como essas mulheres ocupam o território era um ponto fundamental, foi então que veio como uma necessidade construir um mapa a fim de visualizar de forma cartográfica, separando os coletivos por categorias nas regiões do país por escalas geográficas: nacional, regional e local com o objetivo de investigar como essas mulheres organizam suas atividades e se articulam em rede com atuações em diversas regiões do país, será que o território impacta nessas produções?. Segundo Aguiar (2015) “escala geográfica”, por sua vez, diz respeito aos diferentes modos de percepção e de concepção da realidade espacial em recortes específicos. Ou seja, “tem a ver não com a fração da divisão de uma superfície representada em um documento cartográfico, mas sim com a própria extensão ou magnitude do espaço que se está levando em conta”. Assim, somam-se 7 coletivos com abrangência de atuação nacional, 3 com atuações regionais e 14 com atuação local.

Figura 03- Mapeamento



Fonte: a autora (2024)

Os coletivos com abrangência nacional, como "Mulheres na Imagem" e "Fotógrafas GRU", possuem um impacto que extrapola as fronteiras regionais, atuando de maneira transversal em diferentes estados e propondo diálogos em rede de forma mais ampla. Esses grupos desempenham um papel central na construção de um discurso coletivo que visa a inserção das mulheres na fotografia em uma escala nacional, ao mesmo tempo que promovem uma interconexão entre fotografias de diversas partes do Brasil. Além disso, essa atuação favorece o intercâmbio cultural e artístico, ao passo que fortalece a representatividade feminina no campo visual em nível mais amplo.

Os coletivos de abrangência regional, conforme o mapeamento apresentado, são aqueles que focam suas atividades em regiões específicas do Brasil. Diferentemente dos coletivos de atuação nacionais, que possuem um alcance mais amplo, os coletivos regionais se concentram em promover atividades e projetos que refletem as particularidades e necessidades culturais e sociais de suas áreas de atuação. Na imagem do mapa, os coletivos de abrangência regional estão identificados pela cor rosa, e sua atuação está distribuída em duas ou três regiões do país. Seguem alguns exemplos destacados: Mamana fotocoletiva e coletivo Iluminez.

Já os coletivos de abrangência local, são aqueles que atuam de forma mais restrita, focando suas atividades em uma cidade ou região específica. Esses grupos de fotógrafas desempenham um papel fundamental em suas localidades, promovendo iniciativas culturais e artísticas que refletem diretamente o contexto em que estão inseridas. Apesar de seu alcance limitado em termos geográficos, esses coletivos têm um impacto profundo em suas áreas de atuação, utilizando a fotografia como ferramenta de expressão comunitária, resistência e valorização da identidade local. Os coletivos de abrangência local são representados pela cor laranja, e aqui estão alguns exemplos de coletivos com essa atuação: punho coletivo e coletivo Iandê.

Após o levantamento e ao perceber a partir das suas descrições nas redes sociais o formato de estruturação interna e dos trabalhos fotográficos publicados entendi que o território costura não só as questões das atuações desses coletivos mas o tripé central da presente pesquisa (gênero, fotografia e coletivos). Nesse sentido e a fim de visualizar de

forma cartográfica uma das perguntas metodológicas sobre “onde estão esses coletivos e coletivas?”, parti para a etapa da execução do mapa, separando por categorias as regiões do país por atuação nacional, regional e local com o objetivo de investigar como essas mulheres ocupam o território e organizam suas atividades.

Partindo para a segunda etapa, iniciei os critérios de análise fazendo um recorte temporal de 5 anos (2018 a 2023), selecionando 3 coletivos e coletivas por categoria de atuação geográfica a fim de observar suas produções e os posicionamentos online no ciberespaço a fim de entender de que forma as questões sociopolíticas impactam nas flutuações das suas atividades, ou seja no tempo e espaço de cada coletivo e coletiva e nas pautas fotográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento dos coletivos de mulheres na fotografia brasileira contemporânea evidencia um movimento significativo, redefinindo o cenário fotográfico no país. A criação em rede e os processos colaborativos são fundamentais para a sustentabilidade e crescimento desses grupos. Este estudo contribui de forma significativa para a compreensão da dinâmica desses coletivos e destaca a importância de continuar apoiando e promovendo a representatividade feminina na fotografia.

Os resultados desse primeiro mapeamento revelam a importância dos coletivos de mulheres na construção de um campo fotográfico mais inclusivo e diversificado. A participação ativa dessas fotógrafas em redes colaborativas fortalece suas práticas criativas e amplia suas possibilidades de atuação. Os coletivos desempenham um papel crucial na educação e conscientização sobre questões de gênero e representatividade na fotografia. Este estudo contribui para a compreensão da dinâmica desses coletivos e destaca a importância de continuar apoiando e promovendo a representatividade feminina na fotografia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. O conceito de escala geográfica nos estudos de mídia regional. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

CORRÊA, Amélia. As mulheres na história da fotografia brasileira: alguns apontamentos. Mesa temática: Tecnologias del cuerpo, arte y performance. IMS, 2014. Disponível em: <https://ims.com.br/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CORRÊA, Rômulo Normand. Coletivos fotográficos e outras narrativas de memória. *Dossiê: Memória e Economia Criativa*, ano 5, v. 9, n. 1, p. 75-95, ago./dez. 2019.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. *Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis – Como impactam e por que importam?*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

DO VALLE, Isabella Chianca Bessa Ribeiro; GAMARRA, Maíra Costa. Coletivos de fotógrafas na América Latina: um estudo de caso do 7Fotografia. *Illuminuras*, v. 22, n. 59, 2021.

ENTLER, Ronaldo. Os coletivos e o redimensionamento da autoria fotográfica. *Studium* 32, Campinas, v. 32, n. 1, pp. 33-51, 2010.

FLAGR. *We Are Social Digital 2024 Brasil*. Disponível em: <https://flagr.com.br/colunas/we-are-social-digital-2024-brasil/>. Acesso em: 05 out. 2024.

GUATTARI, Félix; DELEUZE, Gilles. *Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro, v. 34, 1995.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

PEREZ, Olívia C.; SILVA FILHO, Alberto L. A. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Revista Latitude*, Maceió, v. 11, n. 1, p. 255-294, 2017. Disponível em: <https://caterinas.info/organizacoes-feministas-emitem-alerta-sobre-pec-181-votacao-dos-destaques-ocorre-na-terca-feira/>. Acesso em: 20 set. 2024.

QUEIROGA, Eduardo. Coletivos fotográficos contemporâneos. São Paulo: Appris, 2015.

QUEIROGA, Eduardo. Quando o coletivo alcança a fotografia. *Discursos Fotográficos*, v. 13, n. 22, pp. 128-146, 2017.

SANTOS, Marcelo. Os coletivos fotográficos e a prática do fotojornalismo publicada em sites de redes sociais. *Revista Temática*, v. 16, n. 6, pp. 93-108, 2020.

VICENTE, Bruna Gabriela Corrêa. A cartografia de Deleuze e Guattari como metodologia de pesquisa. *Anais IX congresso de ensino pesquisa e extensão da UEG*. Vol. 4. Goiânia - Goiás, 2017. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/issue/view/281>. Acesso em: 13 out. 2021.

Páginas na internet

Instagram do Benedicta Fotocoletivo. Disponível em: <https://www.instagram.com/benedictasfotocoletivo/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

Site do Coletivo DAFB. Disponível em: <https://dafb.com.br/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

Site do Coletivo Mamanas. Disponível em: <https://mamanacoletiva.myportfolio.com/o-coletivo>. Acesso em: 07 jul. 2024.

Site do Coletivo Punho. Disponível em: <https://medium.com/punho-coletivo>. Acesso em: 05 jul. 2024.

Site do Coletivo YVY Mulheres da Imagem. Disponível em: <https://yvymulheresdaimagem.wixsite.com/yvym>. Acesso em: 05 jul. 2024.

